



Lei nº

2570

Ementa

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem e dá outras providências.

Texto:

Art. 1º. - Fica criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Contagem - COMAD, órgão colegiado, competindo-lhe a ação deliberativa, normativa e de assessoramento, com as seguintes atribuições:

- I - formular as diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente,
- II - promover medidas destinadas a melhoria da qualidade de vida no Município;
- III - estabelecer as normas e os padrões de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, observada a legislação vigente;
- IV - fiscalizar e analisar qualquer projeto público ou privado que implique na impacto ambiental, ouvindo-se a coletividade;
- V - decidir, administrativamente, sobre a concessão de licenças e a aplicação de penalidades previstas nesta Lei e sua regulamentação;
- VI - deliberar sobre a procedência de impugnação, sobre a dimensão ambiental, relativa as iniciativas de projetos do Poder Público, ou de entidades por este mantidas, destinadas a implantação física no município;
- VII - atuar no sentido de formar consciência pública da necessidade de proteger, conservar e melhorar o Meio Ambiente;
- VIII - responder a consulta sobre a matéria de sua competência.
- IX - opinar previamente sobre planos e programas plurianuais de trabalho da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2º. - O suporte técnico e administrativo indispensável ao funcionamento do COMAD, será prestado diretamente pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Art. 3º. - O COMAD será composto de 13 (treze) membros efetivos a saber:

- I - Presidente, cujo membro é nato, com funções exercida pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente;
- II - 1 (um) representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:
 - a) Câmara Municipal de Contagem
 - b) Secretaria Municipal de desenvolvimento Econômico;
 - c) Secretaria municipal de Educação e Cultura;
 - d) Companhia Urbanizadora de Contagem;
 - e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
 - f) Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Contagem - CICI;
 - g) Associação Comercial e Industrial de Contagem - ACIC;
 - h) Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Estético e Paisagístico da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- III - 1 (um) representante escolhido entre cada dos seguintes conjuntos de órgãos e entidades:
 - a) Entidades civis criadas com a finalidade específica de defesa da qualidade do Meio Ambiente, com atuação no âmbito do Município de Contagem;
 - b) Entidades civis representativas de categorias profissionais liberais com atuação no âmbito do Município de Contagem.
 - c) Universidades e unidades de ensino médio ou superior, públicas ou não, que operem no Município de Contagem;
 - d) Sindicatos de trabalhadores de categorias profissionais não liberais, com base territorial no Município de Contagem;



e) Associações civis representativas dos moradores do Município.

§ Único - Cada membro do COMAD terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento.

Art. 4o. - O Diretor de Controle Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente será substituído do Presidente, nos seus impedimentos.

§ Único - Em caso de impedimento simultâneo do Presidente e de seu substituto, assumirá provisoriamente a presidência o membro mais idoso do COMAD presente à reunião, que procederá imediatamente à eleição do Presidente da Sessão.

Art. 5o. - Os membros efetivos de que trata o artigo 3o., inciso II e seus respectivos suplentes, serão indicados pela direção de cada um dos órgãos e entidades mencionados.

§ Primeiro - O órgão ou entidade poderá substituir o membro efetivo ou seu suplente, mediante comunicação por escrito dirigido ao Presidente do COMAD.

§ Segundo - Nenhum membro será remunerado por este motivo, sendo sua participação efetiva no Conselho considerada serviço relevante para a comunidade.

Art. 6o. - Os membros efetivos de que trata o artigo 3o., inciso III, e seus respectivos suplentes, serão escolhidos em reunião conjunta dos órgãos e entidades interessadas com o Presidente do COMAD.

§ Primeiro - As reuniões serão convocadas pelo Presidente do COMAD mediante edital publicado no "Diário Oficial de Contagem".

§ Segundo - O Presidente do COMAD não tem direito a voto nas reuniões para escolha de representantes.

§ Terceiro - O Presidente do COMAD julgará os pedidos de impugnação de órgãos ou entidades que não se enquadram no previsto no artigo 3o., inciso III.

Art. 7o. - O membro efetivo de que trata o artigo 3o., incisos II e III e seu suplente terão mandato com duração de 01 (um) ano, permitida a recondução.

Art. 8o. - O COMAD deliberará, por iniciativa própria ou por requerimento do interessado, a inclusão de órgãos ou entidades como membros convidados do Conselho, podendo tais somente apresentarem sugestões.

§ Único - O não comparecimento a 3 reuniões consecutivas ou 5 alternativas durante 12 meses, implica em exclusão do Conselheiro.

Art. 9o. - O COMAD será estruturado composto em câmaras técnicas a serem criadas de acordo com as necessidades e por deliberação própria.

Art. 10o. - Ao Presidente do COMAD compete:

- I - dirigir os trabalhos e presidir as sessões;
- II - convocar as reuniões do Conselho;
- III - encaminhar a votação de matéria submetida à decisão do Conselho;
- IV - assinar as atas das reuniões;
- V - assinar as deliberações do Conselho;
- VI - despachar os expedientes do Conselho;
- VII - dirigir as sessões ou suspendê-las, concedendo, negando e cassando a palavra, ou delimitando a duração das intervenções;
- VIII - designar relatores para estudos preliminares dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;
- IX - delegar atribuições de sua competência;
- X - exercer o juízo de admissibilidade para recursos dirigidos ao COMAD nos casos de tempestividades e de prévio recolhimento de multas aplicadas.

Art. 11o. - Compete aos membros do COMAD:

- I - comparecer às reuniões;



- II - debater a matéria em discussão;
- III - requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente;
- IV - apresentar relatórios e pareceres dentro dos prazos fixados;
- V - votar;
- VI - propor temas e assuntos à discussão e votação do Conselho;
- VII - assinar as atas das reuniões;
- VIII - dirimir dúvidas relativas a interpretação desta Lei.

Art. 12o. - O COMAD se reunirá ordinária e extraordinariamente.

§ Primeiro - As reuniões ordinárias ocorrerão mensalmente, em data, local e hora fixados com antecedência de, pelo menos, 7 (sete) dias, pelo Presidente.

§ Segundo - As reuniões extraordinárias ocorrerão por iniciativa do Presidente ou solicitação por escrito de pelo menos, 05 (cinco) membros efetivos, encaminhada ao Presidente com antecedência de no mínimo 10 (dez) dias.

§ Terceiro - O Presidente convocará as reuniões extraordinárias com antecedência mínima de 2 (dois) dias.

Art. 13o. - Somente haverá reunião do COMAD com a presença de no mínimo, 7 (sete) membros com direito a voto.

Art. 14o. - As reuniões do COMAD serão públicas.

§ Primeiro - A inscrição do público interessado será aberta na Secretaria Municipal do Meio Ambiente em livro próprio, 24 (vinte e quatro) horas antes do início da reunião.

§ Segundo - Por decisão do Presidente, será facultada a todos os presentes o direito à palavra, ressalvando-se as disposições no item VII do artigo 10 da presente Lei.

Art. 15o. - Por decisão do COMAD, poderá ser vedada a participação do público e membros convidados na reunião seguinte, ordinária ou extraordinária.

Art. 16o. - Havendo número regimental, o Presidente abrirá a sessão, procedendo-se à leitura da ata da reunião anterior, a qual, depois de discutida e aprovada, com emendas ou sem elas, será subscrita pelo Presidente e demais membros.

§ Único - As atas, depois de aprovadas e assinadas pelo Presidente, serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos membros que participaram da reunião que as originou.

Art. 17o. - Os assuntos a serem apreciados nas reuniões deverão constar de pauta previamente distribuída, e acompanhada dos documentos necessários ao estudo da matéria.

§ Único - Por requerimento de qualquer de seus membros efetivos com direito a voto, o COMAD poderá deliberar sobre a inclusão de novos assuntos na pauta da reunião em curso, ou na pauta da reunião seguinte.

Art. 18o. - Os assuntos serão discutidos segundo a respectiva ordem de inscrição em pauta, podendo o Conselho, a requerimento de qualquer de seus membros com direito a voto deliberar sobre a precedência de um sobre o outro.

Art. 19o. - Os assuntos serão discutidos em plenário e, depois de suficientemente esclarecidos, serão colocados em votação pelo Presidente.

§ Primeiro - Terão direito a voto os membros efetivos do Conselho, ou, no caso de impedimento, os seus respectivos suplentes.

§ Segundo - Será considerada aprovada a menção que obtiver a maioria dos votos, com exceção da votação de pedido de vista mencionada no artigo 2o. desta Lei.

§ Terceiro - Cabe ao Presidente do COMAD, além de voto pessoal o de qualidade.

Art. 20o. - Qualquer membro efetivo do Conselho que não se julgue suficientemente esclarecido poderá, antes de encerrada a discussão, pedir da matéria em debate, a qual permanecerá na pauta para a reunião seguinte, e dela só poderá ser retirada por novo pedido de vista, se aprovado pelo voto



de dois terços dos membros efetivos presentes a reunião.

Art. 21o. - Esta Lei será regulamentada no prazo de 180 dias, pelo Conselho.

Art.22o. - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente, "ad referendum" do Conselho.

Art.23o. - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.24o. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o. - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6o. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Registro, em Contagem, aos 17 de Dezembro de 1993.

ALTAMIR JOSÉ FERREIRA

Prefeito Municipal